



**X Fórum
Nacional
NEPEG**

**de Formação
de Professores
de Geografia**

percursos teórico-metodológicos e práticos da Geografia Escolar

**ENSINO DE CIDADE E O PENSAMENTO GEOGRÁFICO:
POSSIBILIDADES PARA VER A CIDADE ALÉM DA APARÊNCIA**

Daniel de Sousa Bueno
Universidade Estadual do Piauí
daniel09bueno@gmail.com

Lidiane Bezerra Oliveira
Universidade Federal de Goiás
lidianeoliveira@ifpi.edu.com.br

Resumo: O presente estudo norteou-se a partir da seguinte questão: Como a Geografia Escolar pode contribuir para que o aluno compreenda a cidade para além de sua aparência, isto é, o visível, a paisagem materializada pelas relações sociais cotidianas? A fim de buscar responder esta questão, a construção do presente artigo teve por objetivo discutir, teoricamente, como a geografia escolar pode contribuir para a compreensão da cidade a partir do ensino. Argumenta-se que ao estudar a Geografia na escola os alunos podem construir uma forma diferenciada de ver e pensar o mundo, denominada de pensamento geográfico. Tal forma de pensar possibilita aos alunos um olhar geográfico sobre a cidade, percebendo assim a sua essência, de modo a despertar-lhes uma consciência participativa em seu papel cidadão. Metodologicamente o trabalho apoia-se em revisão teórica, baseando-se em um levantamento bibliográfico a partir da leitura e estudo de obras científicas de autores que discutem as seguintes temáticas: o espaço urbano, a cidade, direito à cidade, espaço cidadão, o ensino de cidade na geografia escolar, pensamento geográfico, entre outros. Por fim, considera-se que o pensamento geográfico desenvolvido pelo aluno no ensino de geografia é fundamental para fazer uma leitura mais profunda da cidade, de modo a concebê-la para além de uma paisagem materializada no espaço geográfico.

Palavras-chaves: Geografia Escolar; Pensamento Geográfico; Ensino de Cidade.

Introdução

As cidades são aglomerados urbanos resultantes das relações humanas com a natureza, e desde suas origens, apresentam uma dinâmica histórica e mutável, condicionada por diversos agentes sociais, que são responsáveis pelo processo que lhe dá forma, conteúdo, função e características diferentes. No mundo pós-industrialização, as cidades consistem em um espaço complexo, contraditório e dinâmico, e são os lugares de habitação da maior parte da população que vive perante um modo de vida pluralizado. Para Cavalcanti (2008), a pluralidade dos modos de vida, se generaliza como forma da (re) produção da vida social, relativo aos âmbitos econômico, cultural, simbólico, psicológico, ambiental e educacional.

Desse modo, os conteúdos referentes às cidades na área da educação, especificamente no ensino de geografia, têm uma importância relevante no contexto atual, pois elas fazem parte do cotidiano dos alunos, que as percebem, transformam e compartilham a vida social urbana de diferentes formas. Assim, entende-se, inicialmente que a abordagem sobre o ensino de geografia escolar deve contribuir diretamente para construção de uma forma específica de pensar o espaço a partir do olhar geográfico, o qual ajuda o aluno a compreender a cidade para além de sua paisagem materializada, e posteriormente, colabora para o seu exercício à cidadania, como sugere Lefebvre (2001).

Diante disso, o presente artigo tem por objetivo discutir, teoricamente, como a geografia escolar pode contribuir para a compreensão da cidade a partir do ensino. Para isso, buscou-se compreender como o ensino de cidade na geografia escolar contribui para que o aluno perceba a cidade para além de sua aparência. Contudo, acredita-se que ao estudar a Geografia na escola os alunos podem construir uma forma diferenciada de ver e pensar o mundo, denominada de pensamento geográfico. Desse modo, tal forma de pensar pode possibilitar-lhes um olhar geográfico sobre a cidade, percebendo assim a sua essência, de modo a despertar-lhes uma consciência participativa em seu papel cidadão.

Metodologicamente a pesquisa¹ tem se desenvolvido a partir de uma abordagem qualitativa, a qual possibilita ao investigador uma interpretação mais profunda do tema pesquisado. Dessa maneira, para o desenvolvimento desta fase da pesquisa foi realizada uma

¹ O presente artigo faz parte do estudo monográfico que está sendo realizado como Trabalho de Conclusão do Curso de Geografia na Universidade Estadual do Piauí – Campus Joseфина Demes. A pesquisa encontra-se em fase de estudo bibliográfico, o qual resultou na escrita deste artigo. Para as fases seguintes pretende-se realizar pesquisa de campo, apoiada em coleta de dados qualitativos, para posteriormente serem analisados.

revisão teórica, baseando-se em um levantamento bibliográfico a partir da leitura e estudo de obras científicas de autores que discutem as seguintes temáticas: o espaço urbano, a cidade, direito à cidade, espaço cidadão, o ensino de cidade na geografia escolar, pensamento geográfico, entre outros. Espera-se com este trabalho, contribuir para o desenvolvimento de estudos na área do ensino de geografia e cidade, oferecendo subsídios teóricos para quem pretende produzir trabalhos com esta temática. Além disso, pretende-se colaborar efetivamente para uma reflexão sobre o ensino de cidade na geografia escolar, ou seja, como a geografia pode colaborar para que o aluno aprenda sobre a cidade, tendo em vista, os desafios da educação geográfica com relação à complexidade do espaço citadino que faz parte da vida dos alunos.

O Ensino de Cidade na Geografia Escolar: uma breve discussão

No mundo moderno as cidades constituem-se como um espaço complexo (re)produzido pelas relações sociais. “Se há uma produção da cidade, e das relações sociais na cidade, é uma (re)produção dos seres humanos por seres humanos, mais do que um sistema de objetos tecnicamente produzidos” (LEVREBRE, 2001, p. 52). Diante disso, para compreender a cidade enquanto sua totalidade é necessário pensar o seu espaço a partir de uma dinâmica mutável, visto que, ela não é um produto definitivamente pronto e acabado. Segundo Santos (2014) a cidade deve ser compreendida como um espaço geográfico, composto por um conjunto de objetos e ações, e lugar de existência das pessoas e não unicamente como um sistema de objetos orientados.

Para Carlos (1992), a cidade deve ser analisada por dentro, ou seja, devemos refletir sobre a sua natureza e o contexto histórico da dimensão do humano, que é responsável por (re)produzir esse espaço citadino com base no movimento da vida social. Nesse contexto, o olhar geográfico encaminha para a percepção da dinâmica interna da cidade relacionada ao processo de produção, e ao modo de vida social.

Segundo Cavalcanti (2008), é em função do modo de vida social que a cidade se estrutura, e tem uma dinâmica interna, pois o arranjo interno de uma cidade é construído conforme se organizam a vida social e o processo produtivo. Para autora, esse processo ocorre da seguinte forma:

[...] Como as pessoas precisam morar, vão-se configurando áreas residenciais diferentes porque os indivíduos se inserem no processo produtivo de maneira diferentes, [...] uns são proprietários do meio de produção, outros assalariados, outros, desempregados, excluído do processo produtivo. As pessoas precisam trabalhar; as fabricas, as empresas, ou outra unidade de produção, comercialização e de serviços vão ocupando o espaço físico [...]. Para que as unidades produtivas possam funcionar, são necessários atividades de apoio (energia industrial, escritórios, bancos. As pessoas precisam passear, comer... Vão surgindo e se organizando os transportes, as lojas, os supermercados, os hospitais, as escolas, e os equipamentos de lazer. (2008, p. 88)

Com base nesses fatores expostos a cidade passa a se configurar sob um arranjo socioespacial, ou seja, forma-se a paisagem urbana da cidade, que ora é (re) produzida pela dinamicidade das relações sociais cotidiana. De acordo com Carlos (1992), a observação da paisagem urbana, por sua vez, fornece alicerce para a compreensão de dois enfoques. O primeiro diz respeito a forma, isto é, “a construção do espaço”. O segundo refere-se as “relações sociais cotidiana” o que caracteriza o urbano (abstrato). Em ambos os casos deve-se olhar para o interno, isto é, para estrutura e dinâmica que compõe a configuração interna da cidade.

Assim, compreende que o primeiro enfoque idealizado por Carlos (1992), refere-se as diferentes contradições do uso do solo urbano impostas pela lógica de produção do capital. Surgem assim os locais das indústrias, comércios, empresas, bares, shopping, dentre outros, também pode ser verificado nesta lógica o uso do solo com relação aos lugares de moradia e as estruturas das casas, tendo assim a probabilidade de se enxergar as desigualdades espaciais. Seguindo a ideia da construção do espaço, Carlos explica que:

As diferenças do uso do solo baseiam-se no fato que a cidade é ante de mais nada uma concentração de pessoas exercendo, em função da divisão social do trabalho, uma série de atividades concorrentes ou complementares, desencadeando a disputa por uso. [...] por outro lado, a produção do espaço fundamenta num processo desigual; logo o espaço deverá, necessariamente, refletir as contradições. (1992, p. 40)

Percebe-se que essas contradições se apresentam de diversas maneiras através da paisagem urbana, dentre elas pode-se destacar a segregação espacial das residências, que na maioria das vezes está correlacionada com o poder aquisitivo das pessoas, ou seja, as pessoas de maior poder financeiro constroem suas casas em áreas privilegiadas, enquanto as pessoas de menor poder aquisitivo tendem a construir suas casas em áreas desvalorizadas, desprovidas de infraestrutura, afastada do centro, surgindo assim as periferias.²

² A ocupação do solo urbano com relação à moradia tem destaques relevantes na investigação geográfica para compreensão da organização espacial da cidade (ver, por exemplo, Carlos 1992; Lefebvre 2001; Corrêa 1995).

O segundo enfoque salientado por Carlos (1992), pode ser entendido como dinâmica interna da cidade, ocasionado pelas relações sociais cotidianas. Assim, podemos visualizar o dia a dia da cidade, isto é, a circulação das pessoas para ir ao trabalho, a escola, estudar, se divertir nos lugares de lazer, dentre outros. Assim, é possível observar o acesso aos lugares e seus usufrutos pelos diversos sujeitos, interligando as práticas e seus sentidos (MORAIS; CAVALCANTI, 2011).

Ainda sobre a observação da paisagem urbana com relação aos fixos e os fluxos³, ou seja, a estrutura da paisagem urbana e as relações sociais cotidianas, cabe refletir acerca da relação dialética entre esses dois aspectos, que segundo Morais e Cavalcanti:

A articulação entre [...] à ideia de fluxos e fixos, aos movimentos das pessoas e seus sentidos e significados e às possibilidades de acesso e usufruto da cidade por essas pessoas, possibilita a compreensão dos vários deslocamentos que as pessoas fazem no cotidiano, de que os usos que fazem do tempo livre (quando tem) estão subordinado ao modo de produção da sociedade, às estruturas que dominam os indivíduos, na dialética da produção e reprodução e suas contradições. (2011, p. 17)

Nesse sentido, pode-se compreender que a cidade ao mesmo tempo que é produto das relações sociais, ela condiciona diferentes modos de vida. Desse modo, as cidades, são arranjos produzidos para que seus moradores de diferentes grupos, diferentes condições socioeconômicas e diferentes culturas possam praticar a vida social em comum, ou seja, compartilhar, nesse espaço citadino, necessidades, desejos e problemas cotidianos (CAVALCANTI, 2008). Porém, esse compartilhamento não ocorre de maneira homogênea, pois existe uma diferença com relação ao modo de como os sujeitos enfrentam o dia a dia da cidade (problemas cotidianos, necessidades, desejos e arranjos). A partir dessa ideia, entende-se que a cidade tem uma influência relevante na vida das pessoas que nela habita, pois na medida em que ela proporciona diferentes condições com relação aos arranjos espaciais e o compartilhamento da vida social em comum, ela emprega as suas intencionalidades, formando valores e comportamentos diferentes, se tornando assim, uma cidade educadora. Por outro lado, as pessoas que habita à cidade influencia no processo de formação, por esse motivo ver a cidade de forma consciente pode resultar em ações transformadoras. Por isso a importância de ver a cidade além da aparência.

Nessa lógica Bellot explica que:

³ Os fixos e os fluxos são aportes teóricos essenciais para a compreensão do espaço geográfico (ver em Santos 2001).

A cidade é educadora enquanto imprime uma intencionalidade no modo como se apresenta a seus cidadãos, consciente de que suas propostas, projetos e ações entranham consequências atitudinais e conveniências que geram novos valores, conhecimentos e destrezas que concernem a toda cidadania e implicam todos os âmbitos (sanitário, cultural, social, econômico, desportivo, de serviços, urbanísticos, viário e de mobilidade etc.). (2002, p. 19)

Entretanto, reconhece-se que os sujeitos tem diferentes maneiras de aprender a viver na cidade por meio da educação, seja ela formal ou não. Nesse sentido, Bernet (1997 apud CAVALCANTI, 2008, p. 73), aponta três dimensões associados à relação entre educação e cidade: “aprender na cidade”, “aprender da cidade” e “aprender a cidade”, conforme são caracterizadas a seguir:

A primeira dimensão consiste em considera a cidade como conteúdo de educação, com suas instituições, seus recursos, suas relações, suas experiências [...]. A segunda dimensão é a que considera o meio urbano como uma agente educador, um emissor de informação e de cultura [...]. a terceira dimensão é a que considera a cidade como conteúdo educativo. (BERNET, 1997 apud CAVALCANTI, 2008, p. 73)

Diante disso, é importante realçar que a Geografia Escolar enquanto disciplina que faz parte do componente curricular da educação básica, tem um papel importante no processo do ensino quanto aos aspectos que compõem a cidade, pois apesar do conceito de cidade não ser exclusivamente da Geografia, “[...] tem ganhando muita importância na educação geográfica, por ser de fundamental relevância para a compreensão da espacialidade contemporânea e por ser uma possibilidade de trabalhar concretamente com conceitos geográficos básicos, como paisagem, lugar e território.” (CAVALCANTI, 2008, p. 55). Além disso, a Geografia Escolar possibilita aos alunos uma forma particular de ver a cidade geograficamente, em outras palavras, essa disciplina encaminha ao aluno uma forma peculiar de se pensar a cidade a partir da construção sistematizada de uma forma peculiar de pensar pela geografia, denominada de pensamento geográfico.

A respeito do pensamento geográfico Miguel Gonzales explica que, “[...] reside o próprio campo geográfico e se caracteriza pelo processo de aprendizagem de uma série de atributos próprios do espaço geográfico, como a escala, compreensão de processos territoriais, mudanças globais, o desenvolvimento sustentável [...]. (2016, p. 15). Ainda sobre o pensamento geográfico, Cavalcanti afirma que “é a capacidade geral de realizar a análise geográfica de fatos ou fenômenos. Nessa perspectiva, venho firmando a concepção de que o raciocínio geográfico é o modo de operar com esse pensamento. São raciocínios específicos articulados pelo pensamento.” (2019, p. 64). Com base nessa ideia, compreende-se que a

análise geográfica ocorre a partir de indagações que poderão levar o aluno a compreender a atuação de certo fenômeno sobre o espaço e vice-versa. Questões como: onde? Por que nesse lugar? Como é esse lugar? Encaminham o raciocínio para a localização do objeto (fato, fenômeno ou processo), assim como o movimento que dá sentido a essa localização (CAVALVANTI, 2013). É sobre esse exercício intelectual que o raciocínio geográfico permite a compreensão da relação espaço [?] [?] fenômeno, contribuindo para o desenvolvimento do pensamento geográfico.

Assim como os demais fenômenos discutidos pela Geografia Escolar, o pensamento/ raciocínio geográfico pode contribuir para a compreensão da cidade em sua essência. Para Lefebvre “lê-se a cidade porque ela se escreve, porque ela foi escrita” (2001, p. 61). No entanto, o autor refere-se não às características visíveis da cidade e do urbano, mas ao contexto em que o fenômeno está inserido, “[...] as relações imediatas, o inconsciente do ‘urbano’, aquilo que não se diz mais e se escreve menos ainda, aquilo que se esconde nos espaços habitados [...]” (2001, p. 61). Para chegar a esse nível de análise o autor considera que é necessário recorrer ao conhecimento através de indagações “quem e o que? Como? Por quê? Para quem?”, pois são perguntas que anunciam e restituem o contexto e fazem o sujeito olhar a cidade além de um sistema determinado e fechado em um único conceito. Nesse sentido, Lefebvre define a cidade “[...] como sendo a *projeção da sociedade sobre um local*, isto é, não apenas sobre o lugar sensível como também sobre o plano específico, percebido e concebido pelo pensamento, que determina a cidade e o urbano.” (2001, p. 62). É nesse sentido então, que pensar geograficamente contribui para desvelar as formas e estruturas não aparentes da cidade que constantemente se produz e reproduz e influencia diretamente na vida desses sujeitos.

Com base nessa ideia, entende-se que o ensino de geografia tem por objetivo principal formar cidadão críticos capazes ler as realidades espaciais do mundo contemporâneo e atuar de forma consciente na sociedade. Nesse caso, a cidade enquanto espaço (re) produzido pelas relações sociais cotidianas não se desprende dessa lógica. Pois, a geografia escolar deve colaborar efetivamente para o desenvolvimento do pensamento geográfico dos alunos, tornando-os capazes de fazer uma leitura crítica da cidade e de outros fenômenos sociais. De acordo com Cavalcanti, “a abordagem do ensino de cidade contribui para o desenvolvimento de habilidades necessárias ao exercício da cidadania cotidiano de apropriação dos lugares, e

aos acessos aos seus espaços públicos [...]” (2011, p. 67). Sendo assim, compreende-se que o pensamento geográfico é fundamental para o desenvolvimento de tais habilidades, que são essenciais para a compreensão da cidade, e participação de sua gestão.

Para Sousa (2009), os conteúdos referentes a cidade devem ser claros com relação ao papel da Geografia na escola, ou seja, o ensino de cidade na Geografia Escolar tem de cumprir o seu papel social no que diz respeito a formação cidadã crítica dos sujeitos. Com relação a esse papel Cavalcanti esclarece que:

Cabe reafirmar e explicitar a importância da Geografia escolar para a formação geral de cidadãos. Na relação cognitiva de crianças, jovens e adultos com o mundo, o raciocínio espacial é necessário, pois as práticas sociais cotidianas têm uma dimensão espacial. Os alunos que estudam essa disciplina já possuem conhecimentos nessa área oriundos de sua relação direta e cotidiana com o espaço vivido. Sendo assim, o trabalho de educação geográfica é o de ajudar os alunos a analisarem esses conhecimentos, a desenvolverem modos do pensamento geográfico, a internizarem métodos e procedimentos, de captar a realidade vivida e “apresentada” pela geografia escolar, tendo consciência de sua espacialidade. Esse modo de pensar geográfico é importante para a realização de práticas sociais variadas, já que essas práticas são sempre práticas socioespaciais. (2006, p. 34)

Nesse sentido, tendo em vista que o ensino de Geografia na escola possibilita a construção do pensamento geográfico, o qual contribui para que os alunos criem habilidades necessárias para que sejam capazes de fazer uma leitura mais profunda da cidade, de modo a concebê-la para além de uma paisagem materializada no espaço geográfico. Pois os objetos (paisagem urbanas) resultantes das relações sociais com o meio natural possuem um conteúdo e esse conteúdo por sua vez diz respeito à dinamicidade cotidiana das relações sociais. Assim, a paisagem urbana das cidades, além da sua forma, expressa as relações cotidianas dos sujeitos que nela habita.

Portanto, para o aluno compreender os fenômenos e as práticas sociais em relação ao espaço geográfico, assim como a cidade a qual faz parte desse espaço, é fundamental a construção do pensamento geográfico pelos alunos durante as aulas de Geografia, desse modo, os alunos tem a possibilidade de conceber a cidade e as relações que a constroem dinamicamente ao longo do tempo, bem como desvelar aspectos não visíveis de sua estrutura e pensar novos caminhos para viver a cidade.

Considerações Finais

O ensino de cidade na Geografia Escolar é fundamental para formação de sujeitos, tendo em vista que, na realidade contemporânea o mundo vem configurando-se cada vez mais urbano. Assim, é indispensável as contribuições que essa disciplina possa oferecer para compreender a cidade como realidade de vivência.

Desse modo, objetivou com este estudo discutir, teoricamente, como a geografia escolar a partir do ensino contribui para que os alunos compreendam a cidade para além de sua aparência. A partir desta abordagem, entende-se que Geografia Escolar tem um papel relevante na formação crítica dos alunos, pois seu objetivo é fazer com que os alunos desenvolvam uma forma de pensar geograficamente os fatos e fenômenos geográficos sobre o espaço. Dessa forma, evidencia-se que a abordagem do conteúdo de cidade no ensino de geografia é uma temática importante, visto que, a realidade contemporânea requer um olhar geográfico crítico dos alunos com relação a este espaço citadino, para que possam compreender mais amplamente sobre ele. Para isso, é necessário que o ensino de geografia possibilite aos alunos uma forma geográfica de se pensar a cidade para além de sua aparência, ou seja, do visível, da paisagem urbana, e das atividades cotidianas que nela se desenvolve. Assim, é importante aprender sobre sua essência, o invisível, as relações sociais que produz e reproduz a cidade cotidianamente.

Contudo, discutiu-se que o desenvolvimento do pensamento geográfico pelos alunos, isto é, a capacidade dos alunos em criar habilidades cognitivas para localizar, comparar, compreender, e transformar as realidades espaciais é elementar para aprender sobre a cidade e exercer seu papel de cidadão. Portanto, a partir do estudo teórico compreende-se que é possível que pensamento geográfico desenvolvido pelos alunos ao longo da educação geográfica, possa ajudá-los a compreender a cidade a partir de um olhar mais profundo, desvelando aspectos praticamente não perceptíveis. Tal forma de ver a cidade é relevante para que o sujeito, comece a olhar conscientemente para problemas cotidianos e, em seguida, pensar em possíveis soluções, exercendo assim o seu direito à cidade.

Referências

- BELLOT, Pilar Figueiras. “Prólogo”. In: ALDEROQUI, silvia e PENCHANSKY, ponpi (orgs.). **ciudad y ciudadanos: Aportes para la enseñanza del mundo urbano**. Buenos Aires: Paidós, 2002.
- CAVALCANTI, Lana de Souza. **Pensar pela Geografia: ensino e relevância social**. – Goiânia: C&A Alfa Comunicação, 2019.
- _____. **A geografia escolar e a cidade: ensaios sobre o ensino de geografia para a vida urbana cotidiana**. - Campinas, SP: Papirus, 2008.
- _____. **Temas da Geografia na Escola Básica**. 1ª ed. - Campinas, SP: Papirus, 2013.
- _____. Os conteúdos geográficos no cotidiano da escola e a meta de formação de conceitos. In: ALBUQUERQUE, M. A. M; FERREIRA, J. A. de S. (Org.). **Formação, pesquisa e práticas docentes: reforma curriculares em questão**. João Pessoa: Mídia, 2013.
- _____. (org). **Formação de professores, concepções e práticas no ensino da geografia**. Goiânia: Vieira, 2006.
- CARLOS, Ana Fani. **A Cidade**. 9. Ed., 1ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 1992.
- LEFEBVRE, Herry. **O direito à cidade**. Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.
- MIGUEL GONZÁLEZ, Rafael de. Pensamiento espacial y conocimiento geográfico en los nuevos estilos de aprendizaje. In: **Anales de XI Congreso Nacional de Didáctica de la Geografía**. Sevilla: AGE, 2016.
- SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão**. Ed., 2. Reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.
- SOUZA, Vanilton Camilo de. A construção do conhecimento sobre a cidade e sobre o urbano na formação inicial do professor de geografia. In: MORAIS, Eliana Marta Barbosa e CAVALCANTI, Lana de Sousa. - **A cidade e seus sujeitos**. - Goiânia: Editora Vieira, 2011.